

2013

Presidenta Dilma Rousseff: a dialética entre a identidade social e a personalidade



Presidenta Dilma Rousseff: a dialética entre a identidade social e a personalidade¹

1 – INTRODUÇÃO:

Em 7 de agosto de 2006, o Presidente Lula sancionou a Lei nº 11.340, que torna crime toda forma de violência doméstica e familiar (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral). O preceito legal é conhecido como Lei Maria da Penha, em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu duas tentativas de assassinato pelo marido e lutou durante 20 anos por sua condenação.

A violência contra a mulher, que não se restringe a uma determinada cultura, origem étnica ou classe social, tem origem em uma histórica desigualdade de gênero. O direito ao voto, por exemplo, só foi estendido às mulheres em 1932, apesar de elas já representarem parcela significativa da força de trabalho à época. O modelo de sociedade patriarcal estabelece papéis sociais distintos para homens e mulheres, e podemos ver que a posição submissa em que muitas mulheres se encontram hoje, na qual direitos humanos básicos lhe são negados, contribui para que a violência doméstica seja considerada algo natural.

A Lei Maria da Penha inovou ao tornar responsabilidade do Estado a prevenção à violência doméstica e a proteção das mulheres, garantindo que seus direitos sejam respeitados. No entanto, apesar de as pesquisas apontarem um aumento no número de denúncias feitas pelas vítimas, o impacto da Lei Maria da Penha foi reduzido. Preocupados com isso, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal criaram a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher para apurar falhas na aplicação das sanções previstas e no atendimento da mulher vítima de violência.

Após 18 meses de trabalho, o relatório da CPI Mista propôs alterações na Lei Maria da Penha — como a tipificação do feminicídio como agravante do crime de

¹ Análise realizada por Daniela Bakker - Seção da Análise de Discursos do DETAQ.



homicídio —, com o objetivo de aprimorar as políticas públicas para as mulheres e fortalecer essa que é considerada uma das três leis mais completas e avançadas sobre violência doméstica no mundo.

2 – METODOLOGIA

Faremos a análise do discurso proferido pela Presidenta da República na sessão solene destinada à entrega do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher à Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff, realizada no dia 27 de agosto de 2013.

A escolha de nosso objeto de análise justifica-se pelo importante respaldo da autoridade máxima do País a uma norma legal que pretende realizar uma verdadeira mudança no modelo paternalista da sociedade brasileira

Nesta análise, vamos seguir o sistema de avaliatividade desenvolvido por Martin, que explica como os recursos linguísticos usados pelo orador constroem a sua identidade política e o seu poder de persuasão, e ainda indicam o seu posicionamento em relação a fatos, temas e pessoas. Suas categorias abrangem atitude, graduação e engajamento.

Aqui vamos tratar da atitude, sistema linguístico-semiótico realizado por meio das categorias seguintes: os recursos que usamos em um texto para expressar nossos sentimentos (AFETO), julgar o caráter das pessoas (JULGAMENTO) e avaliar as coisas (APRECIAÇÃO). A metodologia usada envolveu, em uma primeira fase, o exame de cada parágrafo do discurso e, posteriormente, a análise das categorias do modelo teórico usado, a qual apresentamos no próximo item.

Os trechos em que a oradora cumprimenta os convidados foram omitidos da análise por serem considerados parte do ritual discursivo já cristalizado de autoridades em sessões solenes. A íntegra do discurso estará disponível ao final da análise.

3 – ANÁLISE

Vamos agora apresentar a análise do discurso proferido pela Presidenta da República em sessão solene do Congresso Nacional.

O afeto expressa o sentimento do orador. Dentre todas as categorias desse sistema, esse é o elemento que apresenta mais ocorrências no discurso analisado, o que demonstra o **envolvimento pessoal e emocional da oradora com a matéria.**

Podemos observar, nos três trechos abaixo, **como a oradora se sente** por fazer parte de um momento importante para a sociedade brasileira:

- *Queria cumprimentar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas e dizer que, para mim, é uma grande honra estar aqui presente na 18ª Sessão Conjunta do Congresso Nacional, sobre uma das questões extremamente relevantes para a democracia, para a cultura, para a educação, para a civilidade no nosso País, que é a questão da violência contra a mulher.*
- *Repto que para mim é uma honra estar nesta 18ª Sessão Conjunta sobre uma questão tão relevante para a construção de um Brasil civilizado e desenvolvido.*
- *Tolerância zero com a violência contra a mulher é o compromisso básico de qualquer sociedade. (Palmas.) E nós devemos almejar isso para o Brasil. Esse é um padrão de comportamento e de atitude que nos honra como brasileiros.*

O orgulho expresso pela oradora (repetidas vezes) reforça o **seu estado emocional** em relação ao relevante papel social das mulheres, em especial das Deputadas e Senadoras, no mundo:

- *A essas quatro Deputadas e Senadoras eu queria manifestar o grande orgulho que nós mulheres temos do desempenho delas à frente dessa Comissão, orgulho pelo fato de que mulheres combatentes mudam o mundo, mas orgulho também pelo fato de que nós amadurecemos para chegar ao ponto de sermos capazes de ter propostas, avaliações e análises muito fundamentadas.*



- *Eu fico muito feliz, orgulho-me muito e acredito que todas as mulheres brasileiras, hoje, estão muito orgulhosas do Congresso Nacional, por conta desse relatório da CPMI.*

- *Admiro, respeito as mulheres que foram as líderes na elaboração desses relatórios, Deputadas e Senadoras.*

Em seguida, é relevante observar como é realizado linguisticamente o impacto que o relatório da CPMI teve na oradora e **como ele a impulsiona a agir:**

- *As mais de mil páginas desse relatório, fruto de 18 meses de trabalho do Congresso Nacional, contam histórias trágicas que devemos repudiar, que nos emocionam, que nos afetam e que tendem a nos levar a agir com toda a nossa determinação para que elas não se repitam.*

Finalmente, parecem ser esses sentimentos a mola propulsora do compromisso que Dilma Rousseff assume:

- *Nós devemos ser intransigentes e obstinados no enfrentamento de qualquer forma de violência.*

- *Assumo com todos vocês, desde já, o compromisso de utilizar os subsídios concretos contidos neste relatório para aprimorar políticas que temos implementado e para combater, de forma efetiva, a violência contra as mulheres. Reitero a disposição do meu Governo em atuar junto com todos os Poderes da República, com todas as demais instâncias da Federação, com todos os movimentos sociais, para o aprimoramento da legislação no fortalecimento do aparato de repressão à violência contra a mulher, na ampliação e na humanização da estrutura de acolhimento, da estrutura de proteção à mulher vítima da violência.*

O julgamento de pessoas também é um elemento importante na construção da identidade política do orador. No papel de mulher que também se beneficia das políticas implementadas pela Lei Maria da Penha, a Presidenta **julga positivamente as**



mulheres, enfatizando seu desempenho e sua capacidade de mudar o mundo e de estruturar a família:

- A essas quatro Deputadas e Senadoras eu queria manifestar o grande orgulho que nós mulheres temos do desempenho delas à frente dessa Comissão, orgulho pelo fato de que mulheres combatentes mudam o mundo, mas orgulho também pelo fato de que nós amadurecemos para chegar ao ponto de sermos capazes de ter propostas, avaliações e análises muito fundamentadas.
- Porque reconhecemos isso, nós as tornamos titulares preferenciais de dois programas: do Bolsa Família, pela importância que a mulher tem na estruturação da família(...)

Notem, no primeiro exemplo acima, como a capacidade intelectual das mulheres é avaliada e o uso do pronome pessoal nós. Esse elemento é relevante porque, de acordo com a teoria da representação dos atores sociais de Theo van Leeuwen, a determinação do agente (que gramaticalmente pode ser identificado como sujeito) cria uma diferença entre um ator ou grupo social de outro (neste caso, mulheres de homens). Essa diferenciação reforça o sentido de **inclusão e pertencimento** ao grupo social das mulheres que a Presidenta pretende passar aos ouvintes:

- (...) nós amadurecemos para chegar ao ponto de sermos capazes de ter propostas, avaliações e análises muito fundamentadas.

Em vários momentos do seu discurso, podemos encontrar mais exemplos de apreciação, por meio da qual **a oradora expõe sua visão de mundo**:

- questão tão relevante
- relações civilizadas, não violentas e respeitosas entre as pessoas
- um país que nós queremos democrático, desenvolvido e respeitador dos direitos humanos



- *Eu queria mais uma vez reiterar os meus imensos agradecimentos, os meus cumprimentos pela qualidade, a que hoje eu assisto aqui, dos relatórios, pela qualidade das atitudes, sobretudo por esta ação conjunta de mulheres e de homens*

- *educação em tempo integral, na educação em dois turnos, porque isso também modifica as condições de oportunidade, de acesso ao conhecimento, que é a fundamental base da sociedade do futuro*

A apreciação pode ser positiva, como vimos acima, ou negativa. No exemplo abaixo, a Presidenta reforça a importância do combate à violência por meio de uma avaliação negativa:

- *A violência, nós sabemos, é um mal que a sociedade precisa combater cotidianamente em todas as áreas em que ela se manifesta. Ela é um mal porque tem a capacidade de comprometer, de contaminar as relações entre as pessoas.*

Nestes últimos exemplos, podemos perceber uma **relação direta entre afeto** (em negrito) e **apreciação** (sublinhado). A Presidenta celebra a existência da Lei Maria da Penha e a avalia como fundamental para o combate à violência contra a mulher:

- *Eu queria destacar a importância fundamental da Lei Maria da Penha, cujo sétimo ano de vigência nós celebramos hoje. A Lei Maria da Penha, sem dúvida, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, é um marco nessa trajetória de luta contra a violência contra a mulher. É fruto de uma longa luta e é fruto de uma luta levada a cabo por mulheres, no cotidiano do nosso País. Por isso, essa lei criou bases para penalizar os agressores e permitiu que crimes contra a mulher passassem a ser tratados como crimes e não mais pudessem ser abrigados sob a vergonhosa alcunha de "crimes de amor".*

- *Eu falo desses exemplos de políticas em favor de mulheres, de todas as mulheres, para reafirmar que o meu Governo é defensor, intransigente, da igualdade de direitos entre homens e mulheres. (Palmas.) Mais que*



uma bandeira, essa igualdade é uma necessidade estratégica do País e ela honra homens e mulheres.

É interessante notar que às vezes, no discurso político, **a identidade política e a identidade pessoal do orador se encontram**. Quando a Presidenta do Brasil diz “*o meu Governo é defensor, intransigente, da igualdade de direitos entre homens e mulheres*”, a personalidade social (o Governo da Presidenta da República) e a personalidade pessoal (a mulher Dilma Rousseff) se sobrepõem, o que confirma nossa suposição inicial de que o afeto e a apreciação muitas vezes estão inextrincavelmente ligados. Segundo Fairclough, a identidade social (os papéis que são assumidos publicamente), e a identidade pessoal (a personalidade construída desde a infância) são interconectadas, e relação dialética entre elas transparece no discurso.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

À primeira vista, a predominância de ocorrências de afeto no discurso da Presidenta Dilma Rousseff era de se esperar. Afinal, ela é a primeira mulher a ocupar o cargo de Chefe da Nação brasileira, e o seu discurso tratou de um tema (desigualdade de gênero e a violência contra a mulher) que a afeta diretamente.

Mas o que é de fato surpreendente é a ligação entre o envolvimento com a matéria e as suas avaliações expostas em todo o discurso, ou seja, a **conexão mais estreita entre emoção e razão**, porque é isso que provoca a ação política (os compromissos assumidos pelo Governo). Uma autoridade política pode até se comprometer a tomar decisões somente baseadas em fatos, mas dificilmente esses fatos estarão dissociados da forma como ela os experiencia e é afetada por eles. Por esse ponto de vista, a *persona* social e a *persona* pessoal estarão sempre ligadas.

5 - REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Banco de Discursos do DETAQ. Sessão disponível em <<http://www.camara.gov.br/internet/sitaqweb/dilmarousseff>> Acesso em 14.11.2013.



FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse.** Textual analysis for social research. New York: Routledge, 2003.

LEEUWEN, Theo van. **Discourse and practice : new tools for critical discourse analysis.** New York. Oxford University Press, 2008.



ANEXO A

- A SRA. PRESIDENTA DA REPÚBLICA (Dilma Rousseff) - Eu queria cumprimentar o Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, e o Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados. Queria cumprimentar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas e dizer que, para mim, é uma grande honra estar aqui presente na 18ª Sessão Conjunta do Congresso Nacional, sobre uma das questões extremamente relevantes para a democracia, para a cultura, para a educação, para a civilidade no nosso País, que é a questão da violência contra a mulher.

Cumprimento também as Sras. e os Srs. Ministros de Estado que me acompanham nesta cerimônia.

Cumprimento, primeiro, a Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (*palmas*); cumprimento a Ministra da Cultura, Senadora Marta Suplicy (*palmas*); cumprimento a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello (*palmas*); cumprimento a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior (*palmas*); cumprimento a Ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti (*palmas*); cumprimento a Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros (*palmas*); cumprimento a Ministra e Deputada Maria do Rosário, Secretária dos Direitos Humanos (*palmas*); cumprimento também os Ministros presentes, Aloizio Mercadante, da Educação, Senador Garibaldi Alves, da Previdência Social (*palmas*); Deputado Gastão Vieira, do Turismo (*palmas*); e o Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams. (*Palmas.*)

Sáudo a Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher; e a Senadora Ana Rita, Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher.

Queria também saudar a Senadora Vanessa Grazziotin, Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal, e a Deputada Elcione Barbalho, Procuradora Especial da Mulher na Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

A essas quatro Deputadas e Senadoras eu queria manifestar o grande orgulho que nós mulheres temos do desempenho delas à frente dessa Comissão, orgulho pelo fato de



que mulheres combatentes mudam o mundo, mas orgulho também pelo fato de que nós amadurecemos para chegar ao ponto de sermos capazes de ter propostas, avaliações e análises muito fundamentadas.

Queria cumprimentar também cada um dos Senadores e Deputados Federais presentes.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores jornalistas, as senhoras e os senhores fotógrafos e cinegrafistas.

Repto que para mim é uma honra estar nesta 18ª Sessão Conjunta sobre uma questão tão relevante para a construção de um Brasil civilizado e desenvolvido. A violência, nós sabemos, é um mal que a sociedade precisa combater cotidianamente em todas as áreas em que ela se manifesta. Ela é um mal porque tem a capacidade de comprometer, de contaminar as relações entre as pessoas.

E sabemos que se trata de uma das coisas mais importantes que nos interessam centralmente - a nós os poderes constituídos do País - a relação que podemos criar dentro do nosso País, relações civilizadas, não violentas e respeitosas entre as pessoas. Nós devemos ser intransigentes e obstinados no enfrentamento de qualquer forma de violência e devemos reconhecer que há formas de violência que são mais abjetas, porque são mais destrutivas que as outras. E, sem dúvida nenhuma, a violência contra a mulher é uma delas, porque faz da mulher vítima do crime pelo simples fato de ser mulher, mas também porque contamina a relação familiar e institui, dentro das relações familiares, uma vez que a violência contra a mulher, principalmente, vem da parte daqueles que lhe são mais próximos, institui uma relação que é muito pouco educativa e não se constitui em paradigma de comportamentos que sejam adequados a um país que nós queremos democrático, desenvolvido e respeitador dos direitos humanos.

Esse é um crime, o crime contra a mulher, que deve envergonhar tanto os homens quanto as mulheres. O seu enfrentamento é uma luta de todos nós, sobretudo das mulheres, mas também dos homens, porque essa é uma luta que une famílias, gerações e que deve mover governo e sociedade.

Tolerância zero com a violência contra a mulher é o compromisso básico de qualquer sociedade. (*Palmas.*) E nós devemos almejar isso para o Brasil. Esse é um padrão de comportamento e de atitude que nos honra como brasileiros. É por isso que lutamos e é para isso que nós estamos hoje aqui nesta 18ª Sessão Conjunta da Câmara e do Senado,



portanto, do Congresso Nacional. Isso mostra também uma grande evolução de todos nós.

Eu queria mais uma vez reiterar os meus imensos agradecimentos, os meus cumprimentos pela qualidade, a que hoje eu assisto aqui, dos relatórios, pela qualidade das atitudes, sobretudo por esta ação conjunta de mulheres e de homens.

As mais de mil páginas desse relatório, fruto de 18 meses de trabalho do Congresso Nacional, contam histórias trágicas que devemos repudiar, que nos emocionam, que nos afetam e que tendem a nos levar a agir com toda a nossa determinação para que elas não se repitam. Coibi-las. Trazem também um diagnóstico e um elenco de propostas, o que é muito importante. Trazem propostas para os próximos passos que devemos dar para que as mulheres brasileiras vítimas de violência encontrem, na estrutura do Estado, o apoio e a proteção de que precisam e que merecem. (*Palmas.*) Admiro, respeito as mulheres que foram as líderes na elaboração desses relatórios, Deputadas e Senadoras. Assumo com todos vocês, desde já, o compromisso de utilizar os subsídios concretos contidos neste relatório para aprimorar políticas que temos implementado e para combater, de forma efetiva, a violência contra as mulheres.

Reitero a disposição do meu Governo em atuar junto com todos os Poderes da República, com todas as demais instâncias da Federação, com todos os movimentos sociais, para o aprimoramento da legislação no fortalecimento do aparato de repressão à violência contra a mulher, na ampliação e na humanização da estrutura de acolhimento, da estrutura de proteção à mulher vítima da violência. (*Palmas.*)

Nós sabemos que acolher e proteger são um dos maiores mecanismos do Estado brasileiro - e estou falando de Estado no sentido do Executivo, do Congresso e também do Judiciário -, são um dos maiores mecanismos de luta contra a violência. O acolhimento e a proteção significam algo fundamental, que é o amparo à vítima da violência. É reconhecer a vítima como vítima e não olhar a vítima como suspeita, como aconteceu durante muito tempo em nosso País. (*Palmas.*)

Agora, nós também devemos reconhecer que é certo que o Brasil avançou muito na luta contra todos os tipos de violência contra a mulher. Avançou muito, mas ainda há muito o que fazer.

Eu queria destacar a importância fundamental da Lei Maria da Penha, cujo sétimo an-



de vigência nós celebramos hoje. A Lei Maria da Penha, sem dúvida, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, é um marco nessa trajetória de luta contra a violência contra a mulher. É fruto de uma longa luta e é fruto de uma luta levada a cabo por mulheres, no cotidiano do nosso País. Por isso, essa lei criou bases para penalizar os agressores e permitiu que crimes contra a mulher passassem a ser tratados como crimes e não mais pudessem ser abrigados sob a vergonhosa alcunha de "crimes de amor".

A Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, e a ampla rede de serviços de atendimento às mulheres em situação de violência são duas outras conquistas construídas nesses últimos 7 anos. Nesse período, o Ligue 180 realizou 3 milhões e 300 mil atendimentos, inclusive para brasileiras residentes no exterior. A rede de proteção do Estado brasileiro à mulher conta hoje com 1.200 serviços, entre eles delegacias da mulher, juizados, varas, promotorias e defensorias especializadas no atendimento à mulher e casas de abrigo.

Eu me lembro da primeira Delegacia da Mulher criada no Brasil. E hoje nós contamos com um serviço em rede bastante efetivo, com a participação também do Executivo dos Estados e dos Municípios e também dos órgãos do Judiciário.

Também gostaria de destacar o atendimento às mulheres e as consultorias dadas às mulheres e às casas de abrigo. Em março deste ano, nós lançamos um programa chamado Mulher, Viver sem Violência. Esse programa é centrado na criação da Casa da Mulher Brasileira. A importância desse programa é a de perceber essa articulação entre todas as esferas - inclusive juizados de menores -, entre todas as esferas, sem exceção, que permite uma ação muito mais efetiva, muito mais concreta. Nós pretendemos construir 27 Casas da Mulher, em cada uma das Unidades da Federação, (*palmas*) e temos a ambição de chegar a inaugurar algumas dessas Casas no dia 8 de março do ano que vem. É uma meta da Ministra Eleonora. Com isso, nós queremos implantar, de fato, essa articulação, que vai dar um salto na forma com a qual nós enfrentamos a violência contra a mulher, porque nós concentraremos num espaço único todos os serviços, para acolher, proteger - acolher com humanidade e proteger com eficiência - a mulher vítima da violência.

Com esse programa, que tem a contribuição, a parceria do Judiciário e dos Governos



Estaduais e Municipais, nós vamos aumentar a nossa capacidade de coerção, a nossa capacidade de repreensão e de cumprimento da lei no que se refere à proteção da mulher e ao combate à violência.

Nós acreditamos que a atenção integral à mulher vítima de violência requer que o Estado, o Estado brasileiro, coíba a agressão e puna de forma clara o agressor, que não haja impunidade. A condição para que nós tenhamos eficácia no combate à violência é "não" à impunidade. Uma coisa e outra são irmãs siamesas. Sem impunidade diminui a violência. Esse é um dos objetivos centrais da Casa da Mulher. É isto o que nós queremos que ocorra lá: que haja de fato o acolhimento e o efetivo combate a cada uma das formas de violência que atingem a mulher.

Requer também que a mulher vítima de violência disponha de orientação, formação e acesso a todas as formas de políticas e a todas as informações que lhe permitam construir também uma nova etapa na sua vida, sem medo e com autonomia e direitos. A certeza de que nós precisamos dispor de muitas e boas políticas em favor das mulheres tem orientado o meu Governo e também o Governo do Presidente Lula, desde 2003, porque reconhecemos o papel crescente das mulheres como chefes de família e responsáveis pela formação de nossas crianças, de nossos jovens. Porque reconhecemos isso, nós as tornamos titulares preferenciais de dois programas: do Bolsa Família, pela importância que a mulher tem na estruturação da família, e do Minha Casa, Minha Vida, pelo fato de que a casa é um espaço privilegiado de construção das relações familiares e das relações intergeracionais, sobretudo da proteção da criança, porque uma família protegida da violência protege a sua criança. (*Palmas.*)

Também foi por termos certeza de que a atenção de qualidade à saúde da mulher é fundamental que implantamos programas de prevenção e tratamento ao câncer de mama e ao câncer de colo de útero, os dois cânceres que atingem o maior número de mulheres.

E nós criamos outra afirmação, uma afirmação em relação à vida. Jô tem razão: há várias palavras femininas, mas a palavra mais forte é "vida". A vida é feminina. (*Palmas.*) E a Rede Cegonha tem esse papel, o papel de assegurar que essa vida feminina seja protegida, como forma de assistência integral à saúde da mulher e, portanto, também à da criança.



E essa é uma das questões que eu acredito que implicará, necessariamente, uma maior evolução do nosso País. O Programa Mais Médicos vai estar focado neste objetivo.

(*Palmas.*) O que é atenção básica senão essa atenção à vida também? E não é doença, é a proteção à saúde. É diferente.

Sabendo também que o cuidado dos filhos não pode ser uma restrição ao trabalho, nós estamos ampliando, significativamente, a oferta de vagas em creches e pré-escolas.

Mas aí também há um duplo sentido em favor da mulher. Primeiro, é por isto, por local de trabalho, mas, em segundo lugar, é porque a nós mulheres interessa a raiz da desigualdade, a raiz da desigualdade que compromete, desde a mais tenra idade, as oportunidades de cada uma das crianças, das brasileirinhas e dos brasileirinhos.

Então, o fato de haver creches e de haver uma política que pretende dar igualdade de oportunidades às crianças, que nós sabemos que adquirem as suas capacidades cognitivas de aprendizado justamente nessa fase, permite que nós também construamos sociedades muito mais democráticas, sociedades de fato desenvolvidas.

Nós também estamos investindo na educação em tempo integral, na educação em dois turnos, porque isso também modifica as condições de oportunidade, de acesso ao conhecimento, que é a fundamental base da sociedade do futuro e será também a base na qual as sociedades vão se organizar.

Eu falo desses exemplos de políticas em favor de mulheres, de todas as mulheres, para reafirmar que o meu Governo é defensor, intransigente, da igualdade de direitos entre homens e mulheres. (*Palmas.*) Mais que uma bandeira, essa igualdade é uma necessidade estratégica do País e ela honra homens e mulheres. Ela honra e ela cria, nas relações interpessoais no Brasil, um padrão de qualidade, um padrão de civilidade que só pode ser compatível com um país que tem, intrinsecamente, dentro da sua formação, essa diversidade de etnias, essa diversidade cultural (*palmas*) e também tem a capacidade de viver com a diferença de forma extremamente democrática. (*Palmas.*) E essa igualdade, nós sabemos, concretizar-se-á com uma condição. Ela se concretizará em toda a sua integralidade quando homens e mulheres, juntos, tiverem tolerância zero com a violência. Quando as crianças, desde pequenas, souberem que não se faz isso porque isso é contra si mesmo. É como se você estivesse se autoatacando ou se autoinflicting violência.



Esta sessão especial em que comemoramos o sétimo ano da Lei Maria da Penha e o relatório da CPMI mostra para toda a sociedade que esse compromisso nos une, mas sobretudo eu queria dizer que esse relatório da CPMI honra esses 7 anos, mostra que nós demos passos e que nós avançamos.

Eu fico muito feliz, orgulho-me muito e acredito que todas as mulheres brasileiras, hoje, estão muito orgulhosas do Congresso Nacional, por conta desse relatório da CPMI. E nós seguiremos as orientações e as sugestões.

Muito obrigada. (*Palmas prolongadas.*)



Banco de Discursos da Taquigrafia

www.camara.leg.br/bancodediscursos

analisededisco@camara.leg.br

Coordenação de Histórico de Debates, Anexo II, subsolo, Câmara dos Deputados

Brasil - Brasília-DF



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

